

CAPÍTULO II

DEFINIÇÃO DAS CRENÇAS PROTESTANTE E ROMANA

A primeira lei da história é temer a divulgação da falsidade; depois, não ter receio de proclamar a verdade; e, finalmente, os escritos do historiador não devem ser expostos à suspeita de parcialidade e animosidade. –
Leão XIII, Obras, II:20.

Investigando as crenças e os ritos característicos das comunhões Romana e Protestante, deve-se discriminar entre os documentos autorizados por adoção oficial e os escritos doutrinários e polêmicos produzidos por autoridade individuais, como as obras do cardeal Belarmino e de Chillingworth. Para o católico romano, os decretos papais e os credos ecumênicos são de decisiva obrigatoriedade; para o protestante, os credos foram formulados para servirem a um propósito apologético, fixando os princípios que tinham conduzido à rejeição do pontífice romano e do sistema que dele decorre. A exaltação indevida de sua autoridade – ou a simbolatria – partiu do Romanismo, no período das controvérsias do século XVII, e violenta o gênio da Reforma, que põe em evidência o livre exame, tendo as Escrituras como suficiente guia religioso.

§ 1. Autoridades comuns aos dois grupos. – As autoridades que as duas comunidades sustentam em comum são a Bíblia, o Credo dos Apóstolos, o Credo de Nicéia e a Definição de Calcedônia. Ambas as comunhões ensinam que a Bíblia é a infalível expressão da revelação de Deus ao homem, distinguindo-se, porém, que, no sistema Católico Romano, a Tradição se erige em autoridade igual à Bíblia. O Credo dos Apóstolos, embora não tenha sido elaborado pelos Apóstolos, remonta, quanto à maior parte de seus artigos, ao segundo século, ou a época anterior talvez, e de todas as composições religiosas de origem humana, é a única que maior estima arrebanha através da Cristandade ocidental. A Segunda Confissão Helvética a ele se refere como documento que contém a “verdadeira fé”; e o Breve Catecismo de Westminster adotou-o na íntegra. Seus artigos foram comentados por Lutero e Calvino em seus catecismos e no Catecismo de Heidelberg. O Credo de Nicéia, formulado no primeiro dos Concílios ecumênicos, 325, e aumentado no Concílio de Constantinopla, 381, apresenta em termos teológicos, as doutrinas da Divindade de Cristo e da Trindade. O Sínodo local de Toledo, 589, acrescentou à definição nicena a frase: “O Espírito Santo procede do Pai *e do Filho*”, e é sob esta forma que o credo é aceito pela Cristandade ocidental. A Igreja Grega omite a expressão – “e do Filho” – fazendo proceder o Espírito Santo somente do Pai. O Concílio de Trento inicia seus decretos pela reprodução do Credo de Nicéia; e a Confissão de Augsburg proclamou verdadeiros os artigos desse credo. A Definição de Calcedônia, adotada no Concílio de Calcedônia, 451, foi redigida em termos intensamente metafísicos e define a Cristo como tendo combinado as duas naturezas, divina e humana, em uma única pessoa.

A esses documentos, seguidos do mesmo modo por protestantes e católicos romanos, pode-se aduzir o *Te Deum*, que se inicia com as palavras: “Louvamos-te, ó Deus”. Atribuído outrora a Ambrósio de Milão, o *Te Deum* vem a ser um brado de fé e piedade cristã não ultrapassado na literatura da Igreja Cristã, como definição de doutrina e manual de experiência cristã. O credo Atanasiano, datando do V século e usado na Igreja Romana, foi tido em alta estima por Lutero e por outros Reformadores protestantes. Os XXXIX Artigos da Igreja Anglicana adotam-no como digno de ser recebido juntamente com os Credos de Nicéia e dos Apóstolos. Foi excluído da edição revista adotada pela Igreja

Episcopal Protestante e não tem posição de autoridade no seio da maior parte das comunidades protestantes. Consiste de um repetitivo e metafísico panegírico da Trindade – e declara que não podem ser salvos os que não aceitarem suas próprias palavras.

§ 2. As expressões características da Autoridade Romana são: 1) As bulas papais; 2) os Padrões Tridentinos; 3) os Padrões Vaticanos e 4) o Direito Canônico. As decisões do papa, quer proferidas antes, quer depois da Reforma, na medida em que versam sobre doutrina e moral, são infalíveis e não podem ser discutidas, sem que se incorra em censura eclesiástica. Entre essas decisões figuram a bula de Martinho V, condenando Wycliff e Huss; a de Leão X, condenando Lutero (1520); a de Pio V, (1567), condenando as LXXIX Proposições de Miguel Baius; a de Inocêncio X, (1653), condenando os cinco erros de Cornélio Jansen; a de Inocêncio XI, (1679), condenando o Probabilismo; a bula *Unigenitus*, (1713), de Clemente XI, condenando os erros de Quesnel, e outros pronunciamentos baixados no Syllabus de 1864, assim como os decretos de Pio X contra o Modernismo, 1907-1910. Aqui também entraram os decretos dos Concílios Ecumênicos, desde que tenham alcançado aprovação do papa. Os mais importantes Concílios da Idade Média são o 4º Lateranense, ou 12º Ecumênico, 1215, que definiu o dogma da transubstanciação, e o Concílio de Ferrara, o primeiro Concílio Ecumênico a definir oficialmente os sete sacramentos e outros dogmas medievais.

Os Padrões Tridentinos, em número de três, são os Decretos e Cânones de Trento, a Profissão de Fé Tridentina e o Catecismo Romano. Esses documentos definem os princípios característicos do Romanismo em face do Protestantismo. O Concílio de Trento, 1545-1563, reunido na cidade de Trento, no Tirol, e reconhecido como o 19º Concílio Ecumênico, foi convocado por Paulo III a pedido insistente de Carlos V, que havia prometido aos protestantes alemães promover um Concílio Geral para examinar as divergências religiosas da época. A maioria esmagadora dos prelados era constituída de italianos e espanhóis, com os jesuítas exercendo influência poderosa e por vezes decisiva. Sob todos os pontos de vista, o Concílio de Trento é uma das mais importantes assembleias da Cristandade: ele confirmou o sistema que havia se desenvolvido durante a Idade Média e, não somente enfrentou o Protestantismo por meio de proposições doutrinárias, mas expulsou os dissidentes protestantes do seio da Igreja, mediante o uso terrível do anátema. Por outro lado, decretou a abolição de vários abusos eclesiásticos vigentes na comunhão romana e introduziu reformas de certa importância no tocante a indulgências, educação moral do clero, ordens monásticas e sobre a prática da acumulação de cargos eclesiásticos (pluralismo).

Os Decretos e Cânones de Trento, aprovados pelo voto do Concílio, foram confirmados por Pio IV, 1564, reservando-se o papa o exclusivo direito de os interpretar. Entre suas mais importantes definições, figuram as da Tradição, da Justificação e da eficácia dos Sete Sacramentos. Os Cânones, em número de quase 150, condenam os erros sustentados em oposição àquelas definições, encerrando-se cada cânon com um anátema pronunciado contra os que possam incorrer nos erros condenados. Na definição da Justificação, nada menos de 33 cânones se amontoam. Para dar um exemplo das condenações, um dos cânones sobre o Matrimônio estatui que: “se alguém disser que não seja melhor e mais bem-aventurado permanecer em virgindade ou em celibato do que se unir em matrimônio, seja anátema”.

A Profissão de Fé Tridentina – *forma professionis orthodoxae fidei* – resultou de uma sugestão formulada no Concílio de Trento e foi preparada por uma comissão de

cardeais nomeada por Pio IV, 1564,. Tem também o nome de Credo de Pio IV e, por uma bula dupla, foi imposta a todos os sacerdotes, professores e mestres, isto é, à “igreja docente”. Depois de reproduzir o Credo Niceno, o documento, em doze artigos, define os princípios característicos da Igreja Romana, como os Sete Sacramentos, o Sacrifício da Missa, a Transubstanciação, o Purgatório, o Culto dos Santos, o Ofício Vicário do Bispo Romano. A esses artigos foi adicionada por Pio IX, em 1877, uma declaração de crença na Imaculada Conceição e na “primazia e infalibilidade” do bispo de Roma.

O Catecismo Romano, terceiro Padrão Tridentino, também publicado por Pio IV, não é, como o título poderia sugerir, um manual para meninos, disposto em perguntas e respostas, mas uma exposição cuidadosa do Credo dos Apóstolos, dos Sacramentos, do Decálogo e da Oração Dominical, para o uso dos sacerdotes. Omite alguns dos princípios distintivos do Romanismo, tais como as indulgências, mas trata de outros não decididos pelo Concílio de Trento, tais como a autoridade do papa e o *limbus patrum* – morada temporária dos varões do Velho Testamento, antes da morte de Cristo.

Os Padrões Vaticanos, também em número de três e publicados durante o pontificado de Pio IX, 1846-1878, são: o Decreto da Imaculada Conceição, o Syllabus de Erros e os Decretos Dogmáticos do Concílio do Vaticano. O decreto que define a imaculada conceição de Maria foi publicado por Pio IX em 1854, na presença de duzentos cardeais, bispos e outros dignitários. O Syllabus condenou oitenta erros modernos, assim chamados, tais como a liberdade religiosa, as Sociedades Bíblicas protestantes e a Separação da Igreja do Estado.¹ Foi dirigido a todos os bispos em forma de decreto autoritário e foi substancialmente confirmado por Leão XIII em suas encíclicas de 1º de novembro de 1885, 1º de junho de 1888 e fevereiro de 1890. Pio X também o confirmou.

Os Decretos do Concílio do Vaticano, 1870, reconhecido como o 20º Concílio Ecumênico, constam de duas partes. Na primeira, o racionalismo, o materialismo, e o ateísmo são condenados e é definida a relação entre a Revelação e a razão natural. Dezoito anátemas são pronunciados contra as heresias em causa e a “Santa Madre Igreja” é declarada mestra e guia suprema de todos os cristãos. Na segunda parte, que é a mais importante, afirma-se o primado de S. Pedro e define-se o dogma da Infalibilidade Papal. Finalmente, quatro anátemas são pronunciados contra os que negarem estes últimos dogmas.

O Código de Direito Canônico, preparado por ordem de Pio X e publicado por Bento XV, 1917, contém definições de doutrina católica e regras de conduta católica. Substitui o Código preparado por Graciano, professor de Direito Canônico em Bolonha, no século XI. A compilação de Graciano que, segundo Dollinger, está “inçada, de ponta a ponta, de invencionice e erro” – *Papstthum*, p. 55 – foi, com as adições feitas por Gregório IX, 1234, e pelos últimos papas, lançada ao fogo por Lutero, em 1520, de envolta com a bula de Leão X. O Código publicado por Bento XV foi erigido, por bula papal, em lei obrigatória da Igreja, e quem quer que ouse alterá-la, cairá sob a ira do Todo-Poderoso Deus e dos Apóstolos Pedro e Paulo. Aos documentos assim enumerados deve o estudioso recorrer, se quiser certificar-se do que sejam os ensinamentos oficiais da Igreja Romana.

§ 3. Autoridades Protestantes. – Os princípios e práticas do Protestantismo se acham expressos na Confissão do período da Reforma, desde a Confissão de Augsburgo, 1530, até a Confissão de Westminster, 1647; nas declarações feitas em tempos mais recentes pelos Wesleyanos, Congregacionalistas e outras comunidades, e nas revisões a que foram submetidos os documentos originais, como as dos Artigos Anglicanos e da Confissão

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

de Westminster. Essas Confissões, apesar de elaboradas em diferentes países, concordam em todos os pontos principais, como nas doutrinas da autoridade final das Escrituras e da Justificação pela fé, e na rejeição das definições características dos Decretos Tridentinos e Vaticanos. As Confissões do período da Reforma dividem-se em duas classes, representando os tipos Luterano e Reformado, ou Calvinista. Somente as Confissões mais importantes serão aqui mencionadas.

Os dois principais Padrões Luteranos são a Confissão de Augsburgo e a Fórmula de Tolerância. A Confissão de Augsburgo, obra devida principalmente a Melanchthon, foi preparada para apresentar a definição oficial das novas concepções. Durante a leitura desse documento perante a Dieta de Augsburgo, em 1530, o imperador Carlos V dormiu, privilégio de que também desfrutou, poucas semanas depois, quando o documento papal, que refutava a Confissão, foi lido por Eck. O documento salienta abusos, tais como o culto dos santos e a venda de indulgências, e define as doutrinas protestantes da Justificação pela Fé e da autoridade final das Escrituras. Não atira anátemas contra os romanistas, mas condena os Anabatistas pelo fato de negarem o batismo das crianças e em razão de sua atitude para com o governo civil, colocando-os no mesmo plano dos Arianos e outros hereges. Calvino expressou seu apoio a essa Confissão, dando-lhe sua assinatura. Fogem ao tom sereno desse documento os artigos de Schmalkad, que Lutero preparou, em 1577, em resposta à convocação feita por Paulo III, de um concílio a reunir-se em Mantua. Esses artigos são fortemente polêmicos, denunciando a missa como sendo a mais horrível das mistificações e o papa como o próprio anticristo. A Fórmula de Concórdia, 1577, composta depois da morte de Lutero e Melanchthon, tinha como objetivo o estabelecimento de uma acomodação doutrinária entre os partidos luteranos. À maneira do Concílio de Trento, o documento primeiro apresenta, sob a forma de definições positivas, a verdadeira doutrina e depois, em artigos bem dispostos, os erros correspondentes, mas sem aduzir anátemas.

Os símbolos Reformados coincidem com os símbolos luteranos, exceto na definição da Ceia do Senhor e na negação da ubiquidade do corpo de Cristo. Estes são os principais símbolos Reformados: a Primeira e a Segunda Confissão Helvética, 1536 e 1566, que tiveram origem em Zuric, sob a orientação de Bullinger. A primeira foi traduzida pelo mártir escocês George Wishart; a última foi oficialmente aprovada, não só na Suíça, mas também na Escócia. Como outras Confissões de tipo Calvinista e Zwingliano, elas as violações da primeira tábu do Decálogo, assim como as transgressões da segunda, puníveis pelo magistrado civil.

A Confissão Galicana, Credo da Igreja Reformada da França, foi elaborada por Calvino e um de seus discípulos, tendo sido adotada pelo Sínodo de Paris, em 1559. A Confissão Belga, 1561, escrita por Guido de Brès, que sofreu o martírio em Bruxelas, foi adotada pelos Sínodos da Bélgica e da Holanda e é considerada por Felipe Schaff como a melhor exposição doutrinária do sistema Calvinista, depois da Confissão de Westminster.

O Catecismo de Heidelberg, 1563, foi preparado por dois discípulos de Melanchthon e Calvino e tira seu nome da cidade em que foi primeiro divulgado. Adotou-o a Assembléia Escocesa, e a Assembléia Presbiteriana dos Estados Unidos declarou ser ele “um valioso compêndio escriturístico de doutrina e prática”. É o principal Padrão doutrinário da Igreja Reformada nos Estados Unidos. O Calvinismo, em sua expressão mais severa, foi exposto nos Cânones do Sínodo de Dort, 1619, que se tornaram o credo da Igreja da Holanda e de sua filha nos Estados Unidos.

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

A primeira Confissão Escocesa, 1560, preparada por João Knox e uma comissão nomeada pelo Parlamento Escocês, é rigorosamente Calvinista e fortemente anti-Romana. Trata extensamente das “invenções da igreja papística” e proclama que os papistas “têm perniciosamente ensinado e danosamente crido na transubstanciação”. Em 1647 foi substituída como Confissão oficial da Igreja Escocesa, pela Confissão de Westminster. Esta Confissão de Fé, elaborada pela Assembléia de teólogos de Westminster, reunida em Londres, de 1643 a 1648, embora adotada pelo Parlamento inglês como lei da Inglaterra, nunca foi aceita fora dos círculos puritanos. Ela tem sido o Padrão das comunidades Presbiterianas de língua inglesa, através do mundo e, para servir de “substância de doutrina”, foi adotada pelos Congregacionalistas no Sínodo de Cambridge, 1648, ao formular-se a primeira exposição eclesiástica oficialmente escrita na América do Norte. Numa revisão feita pela Igreja Presbiteriana do Norte, em 1902, a declaração de que “o sacrifício da missa é abominavelmente ofensivo ao único sacrifício de Cristo” foi mantida sem alteração, mas a antiga denúncia do papa como “o anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição”, foi cancelada.

Os XXXIX Artigos de Religião, 1562, e o Livro de Oração Comum, 1559, são os Símbolos da Igreja Anglicana e, com algumas alterações, da Igreja Episcopal Protestante dos Estados Unidos. O Livro de Oração Comum ocupa posição intermediária, em liturgia e governo da igreja, entre o Romanismo e o Protestantismo. Foi imposto pelo Ato de Uniformidade, 1559, que estabeleceu severas penalidades civis contra os que se recusassem a usar o Livro, o que dividiu o Protestantismo Inglês entre os partidos Anglicano e Puritano. Os XXXIX Artigos são estritamente protestantes, condenando o Purgatório, a Transubstanciação e outras doutrinas romanas, fazendo distinção entre a Igreja Visível e a Igreja Invisível e reafirmando a falibilidade das igrejas históricas.

§ 4. Os Catecismos. – Certos catecismos, em forma de perguntas e respostas, tomaram o lugar de definições, integral ou parcialmente autorizadas, nas igrejas Protestante e Romana. Na Igreja Romana tais catecismos, como os de Canisius, cardeal Belarmino e Pio X, foram recomendados por ordem papal. Pedro Canisius, jesuíta, cujos catecismos foram os primeiros dentro das fronteiras da comunhão Romana, 1534-1566, foi declarado doutor da Igreja, em 1925. Acerca do manual do cardeal Belarmino, 1603, o papa Clemente VIII declarou ser ele uma exposição autorizada do Catecismo Tridentino. O Catecismo de Pio X – *Catechismo della dottrina cristiana* – contém 433 perguntas e respostas e foi dividido em 1912 “por ordem de Pio X”. Por ato recente do governo italiano, seu uso se tornou obrigatório nas escolas primárias da Itália. O Catecismo da Doutrina Cristã, preparado sob a direção do Terceiro Concílio Plenário de Baltimore, 1885, é o manual usado pela Igreja Romana nos Estados Unidos, sendo distribuído em seis modelos, com a aprovação oficial dos cardeais McCloskey, Gibbons e Hayes.

A Igreja Protestante foi a primeira a publicar um catecismo, em 1528. O grande e o pequeno Catecismo de Lutero, preparados em 1529, estão ainda em uso nas igrejas Luteranas. Depois desses, os mais importantes são: o Catecismo de Heidelberg e o Breve Catecismo e o Catecismo Maior de Westminster, elaborado pela Assembléia de Westminster e adotados na Igreja da Escócia e nas Igrejas Presbiterianas da América. Esses Catecismos foram precedidos pelo de Calvino, contendo aproximadamente quatrocentas perguntas e respostas. O catecismo mais notável produzido no solo americano foi o do Ver. João Cotton, intitulado: “Leite para crianças, extraído do seio de ambos os Testamentos”.

Atingiu uma posição que, na Nova Inglaterra, somente cede lugar ao Breve Catecismo de Westminster, tendo sido incluído na Cartilha da Nova Inglaterra.

Posições extra-oficiais do Romanismo e do Protestantismo

Por quatro séculos os ensinamentos das duas comunhões têm sido expostos em inumeráveis tratados teológicos e tornaram-se assunto de muitos escritos, rasgadamente polêmicos. O valor desses escritos está em proporção à sua fidelidade aos Padrões Oficiais das duas comunidades. Os que apareceram de 1517 até época relativamente recente, foram pervadidos de espírito polêmico, freqüentemente acrimonioso, servindo mais para o acirramento das paixões do que para convencer o intelecto; servindo mais para alargar a brecha da separação do que para a fechar. Nos tempos mais recentes, certo abrandamento do espírito de polêmica se tem feito sentir entre os principais escritores. Por outro lado, a chama do ardor controversista continua a lavrar nos escritos de outros. Embora não seja possível assinalar claramente, por meio de datas rigorosas, os estágios da controvérsia, quatro períodos se podem distinguir: O período dos Reformadores, que vai até o ano 1570; o período de Belarmino e Cillingworth, 1570-1650; o período que tem a Bossuet no centro, 1750; e o período do século XIX, em que são proeminentes os nomes de Milner, cardeal Wiseman, Mohler, Dollinger, Balmes, arcebispo Spalding e cardeal Gibbons. As duas obras principais sobre história da igreja Cristã, escritas durante o século XVI, ambas eruditas e volumosas, foram polêmicas na intenção – *Séculos de Magdeburg*, escrita por protestantes, 1559-1574, e os volumes do cardeal Baronius, 1583-1607. Seguem-se os principais controversistas, Protestantes e Romanos, segundo os vários períodos.

§ 5. A Controvérsia durante o período da Reforma, 1517-1570. – Do lado Protestante, Lutero, Calvino e outros Reformadores definiram exaustivamente os princípios do Protestantismo. Entre as principais obras de controvérsia de Lutero, figuram a *Carta à nobreza Alemã*, *O Cativo Babilônico*, *O Papado em Roma*, o tratado sobre as *Boas Obras* e seu opúsculo sobre os Votos Monásticos, escrito em 1521. A essas produções devem-se acrescentar, como de capital importância, o debate do Reformador com Eck, em Leipzig, e as razões dadas por aquele no tocante à queima da bula papal, em 1520.

As principais obras polêmicas de Calvino são suas *Institutas*, 1536, motivadas pelas perseguições movidas aos protestantes em Paris e dirigidas ao rei da França, Francisco I; sua *Réplica ao Cardeal Sadolet*, *Antídoto contra os artigos publicados pela Faculdade de Paris*; e *Necessidade de Reforma da Igreja*. As *Institutas*, que o cardeal inglês Allen qualificou como “o livro mais blasfemo”, foram por algum tempo usadas como livro de classe nas universidades inglesas. A *Réplica a Sadolet* foi motivada pelo apelo feito pelo cardeal aos genebrinos, no sentido de repudiarem o novo sistema. O *Tratado sobre a Reforma da Igreja*, apresentado à Dieta de Spira, 1544, explana aquele assunto sob três aspectos: 1) Os males da Igreja; 2) Os remédios preconizados pelos Reformadores; 3) A necessidade de os aplicar de uma vez por todas. Em suas 67 Conclusões, 1523, Zwinglio apresenta uma clara discriminação da maior parte das divergências existentes entre as duas Igrejas, como fez Bullinger em seu livrinho – *Contraste entre os Ensinos Evangélicos e Romanos*, 1551. A mais minuciosa obra preparada do lado Protestante foi publicada por Martin Chemnitz, em resposta aos Decretos de Trento, 1565-1573.

Na Inglaterra, os quatro principais escritores foram os três mártires, Tyndale, morto em 1536; Bispo Hooper, morto em 1555; Latimer e Jewel, Bispo de Salisbury, morto

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

em 1571. Entre as obras de Tyndale, figuram a *Parábola do Mammon Iníquo* e a *Obediência de um Cristão*, que excitou a pena de Sir Thomas More. O bispo Hooper, morto em 1555, não sendo um escritor hábil, escreveu, “por profunda convicção”, a *Confissão e Protesto da fé Cristã e Comentários sobre o Credo*. Os sermões do bispo Latimer, principalmente os que foram pregados perante a assembleia e Plow, são fecundos em representações populares e convincentes do Protestantismo. A *Apologia da Igreja Anglicana*, do bispo Jewel, 1562, tem sido um baluarte literário do Protestantismo inglês. Jewel divulgou um desafio, propondo-se a abandonar o Protestantismo, caso alguém conseguisse provar que as vinte e sete proposições, que ele negava, se encontram nos autores dos seis primeiros séculos. Entre as proposições figuravam estas: não havia missas privadas; Cristo não era oferecido como sacrifício sobre o altar; o cálix não era recusado aos leigos. A *Apologia* é uma definição serena da atitude Protestante. Depois de recordar a seus leitores que os profetas e mártires tinham sido reputados como “em nada melhores que do que a mais vil imundície, escárnio e zombaria de todo o mundo”, Jewel tomou em consideração a alegação de que os Reformadores tinham desprezado a verdadeira fé e quebrado a unidade da verdadeira Igreja, “de novo trazendo do inferno heresias velhas e já de há muito condenadas”, separando-se da obediência ao papa, não por motivos de religião, mas pelo gosto de discórdia e contenda. Mostrou, a seguir, que os protestantes eram os restauradores da verdadeira fé Cristã, de novo anunciando os ensinamentos dos Apóstolos e dos Pais primitivos. “A Santa Escritura está patente – e esta seria sua arma”. O papa é estigmatizado como o precursor do anticristo e o rei do orgulho. O poder das chaves não consiste em autoridade para ouvir confissões privadas, mas em poder para ensinar e pregar. Os Protestantes, embora divididos em seitas – insiste ele – unem-se em torno de todos os pontos essenciais. Escrevendo acerca da morte de Jewel, Thomas Fuller graciosamente observa que “é difícil dizer qual tenha chegado primeiro ao céu, se sua alma ou suas orações, já que ele orava morrendo e morreu orando”.

Do lado Romano, os principais controversistas foram Eck, na Alemanha; Sir Thomas More, na Inglaterra; e cardeal Sadolet, na Suíça. O sistema romano contraiu para com Sir Thomas More uma dívida perpétua, já pela defesa literária que fez de sua posição, já por seu martírio. Suas principais obras foram: a *Resposta*, em que defende Henrique VIII contra Lutero; o *Diálogo sobre as Imagens*, a *Súplica das Almas do Purgatório* e a *Refutação de Tyndale*. Pelo estilo claro e vigoroso e pela alta posição política do autor, essas obras oferecem perene interesse. A atitude assumida por More foi a de que a seita Luterana era “toda a multidão de heresias reunidas”. Às novas concepções ele as acusou de inovações e acusou Lutero de “mentiroso, rebelde e sócio do diabo”. “Esses hereges – observa More – reduzem a zero a opinião comum e as crenças, a persuasão de quase todo o mundo e, como são muito extravagantes, fazem pequeno esforço racional e ainda invocam a Escritura, como se cressem na Santa Escritura.” Lutero, Zwinglio, Bucer e Tyndale, ele os classificou como a “sombra de Satanás e os servos do demônio”.

O cardeal Sadolet, 1477-1547, homem notável por seus estudos humanísticos, fala de Calvino, Farel e outros Reformadores de Genebra como “homens matreiros, inimigos da unidade e da paz cristã, que desviaram os genebrinos do caminho verdadeiro, semeando as sementes ruins da rebeldia e sedição”. Qualificou a fé que “aqueles inventores de novidades tinham pregado” como um sentimento divorciado do amor e do dever cristão. Sendo a verdadeira Igreja Católica um organismo que tem existido por 1500 anos, ela não pode errar; mas, ainda que pudesse errar, os que seguissem os antepassados no acatamento de sua direção, não seriam condenados diante do tribunal do

Juízo. Os homens da nova ordem – escreveu ele – rasgaram a túnica de Cristo; e as seitas em que se acham divididos prova, m que a verdade não pode estar com eles. Se nesses escritos, pertencentes ao primeiros cinquenta anos que se seguiram ao estalar da reforma, todos os argumentos no tocante ao novo caminho eram claramente expressos, também as objeções levantadas do lado do velho caminho francamente se definiam. Os escritos posteriores, Protestantes e Romanos, pouco mais fazem do que reeditar as atitudes primitivas.

§ 6. A controvérsia no segundo período, 1570-1650 – Todos os escritos católicos romanos do século XVII foram eclipsados pelo cardeal Belarmino, da Itália. Na Inglaterra, os principais polemistas do lado Romano foram Sanders e Stapleton. A *Apologia* de Jewel levantara vigorosa oposição entre os Dissidentes em Louvain e Doual – Desde Thomas Harding até o cardeal Allen e outros. A primeira *Réplica* de Harding alinhou pela sua ordem vinte e sete proposições de Jewel e foi contraditada pelo mesmo Jewel, que encontrou na obra de Harding 255 afirmações falsas. Nicolau Sanders – ou Sander – morto em 1581, era sacerdote e professor em Louvain. A partir de 1573, gastou mais ou menos tempo na corte de Madri, açulando Felipe II em sua empresa contra Isabel. Acompanhou a expedição espanhola à Irlanda, em 1759, declarando que as tropas romanistas “estavam combatendo sob a autoridade do chefe da Igreja”. Como quase todos os Dissidentes, ele se tornou jesuíta e defendeu com a pena, assim como por outras atividades, a deposição de Isabel por Pio V. Seus mais cuidadosos tratados de polêmica são a *Monarquia Visível da Igreja* e *A Rocha da Igreja*. Sua mentalidade se retrata nestas palavras: “A estabilidade do Cristianismo depende de um vigoroso assalto à Inglaterra”. A Reforma ele a fazia derivar dos impulsos da depravação natural. Numa obra sobre o cisma Anglicano, repetiu a história – se acaso não deu origem a ela – de ser Ana de Boleyn filha do próprio Henrique VIII. Por esta e outras fábulas que propalou, Sanders se tornou popularmente conhecido na Inglaterra como o *Doutor Slanders* (*Doutor Maledicência*. Em termos vulgares, seria o *doutor Queima-Campo*. N. do Trad.). Thomas Fuller acusou-o de “haver-se fartado de mentiras incapazes de prova e por ele forjadas em primeira mão, sobre a natividade da rainha Isabel”.

Thomas Stapleton, chamado por Wood “o mais erudito católico romano de todos os tempos”, professor em Douai e em Louvain, foi chamado por Pio V a dar parecer no negócio da deposição de Isabel. Seus escritos fizeram grandes e infamantes acusações contra o caráter de Lutero e Melanchthon e causaram escândalo ainda maior por suas tentativas de enlamear a pessoa e a memória de Calvino. A esses dois poderosos defensores de Roma, deve-se adicionar, ainda entre os ingleses, William Allen, cujos escritos primam pela virulência e são também dignos de nota, porque, por mais de três séculos, Allen foi o único inglês a ser cardeal. Foi o chefe dos chefes nas medidas tomadas pelo Vaticano e por Felipe II contra Isabel e a Inglaterra Protestante. Em suas concepções dos direitos do soberano, acompanhou a Pio V, escrevendo: “Ninguém se maravilhe de que, no caso de heresia, o soberano perca sua superioridade e direito sobre seu povo e reino, que não pode ser um estado e comunidade legais e cristãos, fora da devida obediência a Cristo e às leis da Igreja”. Da *Advertência à Nobreza e Povo da Inglaterra e Irlanda*, publicada antes da partida da Armada, o dr. Lingard diz que foi “talvez o mais virulento libelo jamais escrito”, e a acusação do cardeal contra Isabel ele a julgou “mais do que abominável, acusação que vem a ser a de que ela não se casou porque não podia limitar-se a um só homem”; atroz é

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

também a acusação de que “o novo clero era propriamente o refúgio da pior espécie de mortais”. Allen comparou Isabel a Nero.

O cardeal Belarmino, 1542-1621, por sua obra paciente, laboriosa e hábil, continua a ser o mais eminente e mais acatado dos teólogos romanos, que escreveram durante os últimos trezentos anos, em refutação dos princípios protestantes. Foi o primeiro jesuíta a ensinar em Louvain. Em duas ocasiões se candidatou à tiara. O que é Tomaz de Aquino nos domínios da teologia romana, Belarmino o é na apologia do sistema romano. Depois de longa hesitação, foi proclamado *venerável* por Pio XI – 3 de maio de 1923. Sua famosa obra polêmica, escrita em latim – *Argumentação sobre as Controvérsias da Fé Cristã contra os Hereges destes Tempos* – foi preparada quando lecionava no Colégio Romano – 1576-1589. É um repositório de argumentos contra as concepções de Wyclif, Huss, Lutero, Calvino, Chemnitz e outros Reformadores da Igreja, que ele cita por extenso, e também um armazém de acusações contra suas idéias e pessoas, alardeando pretensos males decorrentes da revolta Protestante. Como os escolásticos, sua ambição é a de ser exaustivo e, como os homens de indústria, é infatigável. Desenvolve seu tema em quatro volumes: o livro inicial trata das Escrituras, de Cristo e do Pontífice Romano; o segundo, da Igreja e do Clero; o terceiro, dos Sacramentos; e o último, do Pecado, Graça e Justificação. É estranho dizê-lo, mas Sixto V, a quem foi dedicado o primeiro volume, colocou-o no Index, em razão da suposta posição intermediária que o autor assume em face da autoridade do papa em assuntos temporais – tratamento aquele que o próprio Belarmino refere em sua auto-biografia. Como seu predecessor, Tomaz de Aquino, o cardeal primava pelo seu método de apresentação. Cotton Mather chama-o “o último Goliath dos Filisteus”.

As mais hábeis dentre muitas réplicas feitas àqueles e a outros escritores católicos romanos, foram produzidas por Whitaker – *Sobre as Escrituras*, 1588, e por Chillingworth – *A Religião dos Protestantes, Caminho Seguro de Salvação*, 1637. Whitaker, professor de teologia em Cambridge, dirigiu sua obra especialmente contra Stapleton e Belarmino, escrevendo a Cecil: “Em Belarmino temos afinal o próprio espelho do papismo”. Com erudição e tato dialético, tratou da Bíblia em seis capítulos: o cânon, as versões, sua autoridade, clareza, interpretação e perfeição.

William Chillingworth, 1602-1644, que veio do Romanismo, tentando expor as razões que o levavam a ser católico romano, passou em revista suas concepções e regressou à fé Protestante. Sua obra clássica foi provocada por uma polêmica com certo jesuíta de Oxford, sobre se os protestantes podem ser salvos. Ele definiu o Protestantismo como “aquilo em que Lutero, Calvino, a Igreja Inglesa e todas as Confissões Protestantes concordam ser a perfeita regra da Bíblia”, e usou repetidamente da famosa expressão: “A Bíblia, digo eu, a Bíblia é a única Religião dos Protestantes”. A doutrina romana – assim o diz Chillingworth – torna “todos os homens sujeitos aos reis e deixa-os servir a Cristo em medida que não exceda à vontade do papa”. Negou a infalibilidade da Igreja, fez clara distinção entre o fundamental e o acessório em religião, insistiu no direito de juízo privado e livre exame, favoreceu a subscrição liberal dos XXXIX Artigos e declarou que quem quer que subscrevesse as cláusulas condenatórias do Credo Atanasiano, subscrevia a própria condenação.

O século XVII foi, na Inglaterra e na Alemanha, uma era de amarga disputa religiosa, não somente entre Protestantes e Católicos Romanos, mas entre Anglicanos e Puritanos e entre Luteranos e o partido Reformado. Escritor após escritor retomou, na Inglaterra, o fio da controvérsia Romana. *Os sinais da Igreja*, de Belarmino, provocou réplicas do bispo Patrick, arcebispo Tenison, William Sherlock e muitos outros eminentes

teólogos ingleses.² De Twisse, presidente da Assembléia de Westminster, diz o bispo Hall: “era um homem tão eminente em teologia, que os jesuítas se curvaram perante seu poder”. Hall definiu suas idéias na obra *A Velha Religião e Salvaguarda contra o Romanismo*, 1628, como fez Isaac Barrow, 1630-1677, em sua obra- *A Monarquia Papal e a Unidade da Igreja*, e Jeremias Taylor, 1613-1667, em seus *Discursos do Papado*, Richard Baxter escreveu contra o sistema Tridentino e o arcebispo Tillotson e o bispo Bull, 1634-1710, contra as concepções da Igreja de Roma.

§ 7. A Controvérsia, 1650-1800. – A esta altura nos transferimos para a França, sendo Bossuet, 1627-1704, e Bayle os nomes proeminentes. À “obsequiosa retórica”, para usarmos da expressão de Lord Acton, estilo vigoroso e vasto conhecimento da história eclesiástica, Bossuet aliava a maestria na arte de contender. Perante Luiz XIV, a quem ele saudou como “um segundo Constantino, o novo Teodósio, o novo Carlos Magno”, exclamou que, haver confirmado a fé e exterminado os hereges, “esta é a obra digna de teu reino, de teu caráter real”. Enalteceu a revogação do edito de Nantes, banindo os Huguenotes, como a realização mais bela, “graças à qual a heresia já não existe”. Como a obra de Belarmino se adaptava aos estudantes, assim os escritos do pregador da corte francesa se endereçavam ao homem de cultura e foram provavelmente mais bem sucedidos do que quais quer outros escritos polêmicos o teriam sido, no arrebanhar protestantes para sua fé, exceto, talvez, as produções de Wiseman, Newman e Gibbons. Entre os conversos ganhos por Bossuet, figuram o Marechal Turenne e o historiador Gibbon, que, todavia, abjurou mais tarde o sistema romano. Gibbon fala de Bossuet “como mestre em todas as armas de controvérsia”. Bossuet reconheceu as corrupções existentes ao estalar da Reforma, mas defendeu o princípio de que a religião precisa ter na terra um supremo expoente da verdade, o papa. A revolta contra aquela autoridade conduz ao ateísmo e às desordens sociais. No prefácio de suas *Variações das Igrejas Protestantes*, Bossuet expressava a confiança de que sua exposição era capaz de fazer os adeptos da Reforma somente sentissem desprezo pelo nome “protestante”.

Durante a última parte do século XVIII, a literatura polêmica, publicada do lado Protestante, exibiu escasso vigor, em confronto com o século precedente.. Não havia consumo de pólvora ou ataques partidos do lado dos Dissidentes, nem príncipe estrangeiro ou pontífice que despertasse temores no público inglês, embora as hostilidades se conservassem despertas, em razão das tentativas de restauração dos Stuarts, reveladas nas conspirações de Gordon, pelo fim do século XVIII. A política de tolerância religiosa foi gradualmente relaxando as leis que coagiam os católicos romanos – e o projeto de Liberdade Católica passou em 1791, depois que mil e quinhentos católicos ingleses assinaram uma petição, negando a infalibilidade do papa. O principal representante da fé romana, na Inglaterra, no século XVIII, foi o dr. Challoner, 1691-1781, nomeado vigário apostólico. Ele é melhor conhecido através de sua revisão da Bíblia de Rheims. Suas obras de controvérsia foram escritas num espírito relativamente moderado.

§ 8. A Controvérsia, 1800-1925. – Durante o século XIX, todas as restrições impostas aos católicos romanos da Inglaterra foram abolidas por ato do Parlamento. Nos Estados Unidos prevalecem iguais direitos constitucionais em matéria de religião. A controvérsia contra o Protestantismo foi impulsionada com novo zelo e conduzida não somente por hábeis antagonistas educados na comunhão romana, mas por um grande e influente grupo de conversos saídos da Igreja da Inglaterra. O Protestantismo Anglicano foi

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

sacudido até os fundamentos pelo movimento de Oxford, chefiado por João Henrique Newman e Eduardo Manning, tendo sofrido um prejuízo tal como o Protestantismo jamais teria experimentado em parte alguma, exceto na Boêmia. A três escritores católicos romanos pertence a responsabilidade da eclosão do movimento Católico Romano na Igreja Inglesa: dr. João Milner, o historiador Lingard e o cardeal Newman. Milner, 1752-1818, nomeado vigário apostólico na Inglaterra, foi chamado por Newman o Atanásio inglês. Sua obra, *O Fim da Controvérsia Religiosa*, causou sensação. O rev. João Lingard, em sua *História da Inglaterra*, 1819-1830, apresentou pela primeira vez uma atraente exposição histórica, escrita do ponto de vista romano. Wiseman, 1892-1865, primeiro cardeal do território inglês desde Wolsey e Pole, por sua sabedoria e habilidade interpôs-se entre a escola Anglo-Católica de Oxford e a Comunhão Romana. Transferido do Colégio Ingl-ês em Roma, de que era diretor, para Londres, despertou grande atenção por suas conferências sobre os Princípios, Doutrinas e Práticas da Igreja Católica. Num artigo publicado na *Ravista Católica*, 1840, Newman assinalou “o primeiro toque real do Romanismo”. O sermão fúnebre de Newman foi pregado por Manning, anteriormente arqui-diácono da Igreja Anglicana, que ascendeu ao arcebispado de Westminster e foi mais tarde feito cardeal.

A propaganda católica romana, partindo de Oxford, entregou-se ao estudo dos Pais Cristãos e foi conduzida através dos Tratados de Oxford e de outros escritos. Richard Hurrell Froude, que morreu cedo, ardoroso inimigo de Newman, invocava a *protestantização e desmiltonização* da “Igreja da Inglaterra”. De Froude disse Newman: “odiava a Reforma e odiava cada vez mais os Reformadores, e luteranismo e Calvinismo tornaram-se para ele heresias repugnantes à Escritura e anatematizadas pelo Oriente e pelo Ocidente”. A Igreja e sua unidade tornaram-se as idéias dominantes de Newman – e em 1845 ele saltou para a comunhão romana. Pelo estilo claro e fascinante e pela firmeza confiante de seus sermões, sua *Gramática de Assentimento*, seu *Ensaio sobre os Milagres*, o *Desenvolvimento da Doutrina* e outras obras, Newman exerceu profunda influência sobre muitos dos mais jovens clérigos ingleses. Sua *Apologia de Minha Vida*, pintando as lutas íntimas no romper com a Igreja da Inglaterra e passar-se para Roma, é, em toda a literatura autobiográfica inglesa, um dos volumes que mais prendem.

Na Alemanha, nova era foi aberta na história da Controvérsia por Mohler, professor Católico romano em Tubingen, com seu *Simbolismo ou Exposição das Divergências Doutrinárias entre Católicos e Protestantes*, obra baseada nos Credos históricos, que apareceu em 1832. A obra fez, nos círculos teológicos, sensação não igualada desde os dias de Bossuet. O autor, que era severo com os papas dos séculos X e XI, reconhecia que, ao tempo de sua eclosão, o Protestantismo em parte se justificava, pelo muito que havia de deficiente e censurável na prática da Igreja; e que, pondo de parte abusos, sua influência tinha sido parcialmente benéfica.. A obra de Mohler provocou vigorosas réplicas de parte de seu colega, Baur, 1834, e de outros conhecidos teólogos alemães. Depois da morte prematura de Mohler, em 1838, na idade de 42 anos, o dr. Dollinger, através de sua *História da Reforma*, 1846-1848, tornou-se o principal advogado germânico do Catolicismo Romano. Recentemente Jansen, em sua *História do Povo Alemão*, tentou valorizar as proposições segundo as quais as forças do progresso moderno tinham começado a mostrar-se antes do aparecimento de Lutero, tendo sido uma grande desventura o Protestantismo, porque veio interromper um pretenso processo de reforma em elaboração na Europa e porque causou a divisão da Igreja. Mais recentemente, Denifle e Grisar, eminentes estudiosos da História, em suas bem trabalhadas vidas de Lutero, tentaram outra vez vibrar profundo golpe no Protestantismo, atacando as intenções e os

hábitos de Lutero. Nicolau Paulus tenta exculpar as indulgências e outras práticas, sob o fundamento de que os Reformadores protestaram contra os abusos e não contra as doutrinas reais da Igreja.

Na Itália, as preleções teológicas – *Praelectiones* – de Giovanni Perrone, professor do Colégio jesuíta de Roma, apresentaram uma definição nova das doutrinas romanas e defenderam o dogma da infalibilidade. A obra do espanhol Balmes, falecido em 1848, tem tido larga circulação. Perrone tratou o Protestantismo como uma chaga que corrói o vigor do corpo, devendo cada um retroceder à simples menção dela, como se se tratasse de assalto à própria vida. A obra de Balmes é um nojento panegírico do papado: incide em abundantes perversões da História e descamba para a omissão de fatos que a conveniência de Roma manda que o controversista esqueça.

Em defesa do Protestantismo, as obras recentes mais notáveis são: a *Polêmica* de Hase, escrita em excelente espírito; *Claras razões para que não se filie à Igreja de Roma*, de Littledale; e *A Infalibilidade da Igreja*, de Salmon. Entre os últimos católicos romanos da Europa que tem atacado as doutrinas e práticas de sua Igreja, conta-se o Conde Von Hoensbroech, falecido em 1923, que, após ter sido jesuíta por dezesseis anos, desmascarou, em numerosas obras a Companhia e o Partido Ultramontano, no ponto em que seus ensinamentos se referem ao Estado, à razão e aos direitos individuais, em matéria religiosa. Tratar-se-á, em outro lugar, dos assim chamados Modernistas, que vão sendo excluídos da comunhão romana.

§ 9. Os Estados Unidos. – Desde o período primitivo da Nova Inglaterra, ouviu-se o rumor da controvérsia Católica Romana. Em 1631, Richard Brown, presbítero da congregação de Watertown, juntamente com seu pastor, Mr. Philips, lembraram-se de expressar, como nos informa o Governador Winthrop, “a opinião de que as igrejas de Roma eram verdadeiras igrejas”. As congregações de Watertown e Boston decidiram que Mr. Brown estava errado; mas, a despeito dessa decisão, o ofensor persistiu em sua opinião a respeito da “igreja romana”; e, incidindo em outro erro, foi despojado de seu ofício como presbítero. O Capitão Johnson, em sua *Maravilhosa providência*, não tem peias na linguagem, colocando o papa e o turco (pela palavra turco entenda-se muçulmano, de tipo intolerante e fanático. Nenhuma referência menos amistosa pretende fazer o autor à nobre nacionalidade turca) na mesma classe. Para ele, assim como para os demais puritanos da Nova Inglaterra, Roma era sinônimo de Babilônia e o papa era o anticristo. O Governador Bradford fala das cerimônias romanas como “drogas papais”, como “reliquias daquele homem de pecado” e como “tolices papais e anticristãs, flagelo da Inglaterra nestes dias”. Pelas leis do Massachussetts, 1647, os jesuítas que penetrassem na colônia deviam ser banidos e, se voltassem, condenados à morte. Afortunadamente, não se tornou necessário aplicar a lei. Não se dev esquecer que o padre Druillets, enviado do Governador do Canadá, foi cortesmente tratado em Boston, Plymouth e Salém. No Norte, os protestantes franceses eram impedidos de entrar na Nova França e, no remoto Sul, estava estabelecida a Inquisição espanhola.

Vivendo um século após a promulgação da lei do Massachussetts, Jonathan Edwards não se mostrou contrariado com a primitiva intolerância. Em sua *História da Redenção*, que não consagra à Idade Média senão dez páginas de trezentas e noventa do volume, emparceira o papa com Maomé e declara “que foi ordenado que aquele homem de pecado, o anticristo, assentar-se-ia no templo ou na Igreja visível de Deus, pretendendo estar revestido de divino poder, como cabeça da Igreja, e que tudo isso se havia exatamente

cumprido na Igreja de Roma”. Em sua “*Humilde Indagação*”, nega que “os romanistas estejam própria e regularmente qualificados para a Ceia do Senhor”. Para ele, o papado era a obra-prima de todas as maquinações do diabo contra o Reino de Cristo. Edwards encontra um forte argumento de que as Escrituras são a Palavra de Deus – “no provado cumprimento de passagens de Daniel e do livro de Apocalipse no papa e na Igreja de Roma”. Entre os mais famosos estudos do assunto, feito durante o primitivo período colonial, figura o sermão do dr. Jonathan Mayhew, de Boston, sobre a *Idolatria Papal*, 1765, e um sermão pregado pelo rev. Hugh Jones, de Virgínia, e publicado em 1745, sob o título de *Um protesto contra o Papado*. O primeiro ministro da Nova Inglaterra a converter-se ao Romanismo foi João Thayer, cerca de 1782, o qual serviu como sacerdote em Boston e em outros lugares. Seus artigos de polêmica com o rev. George Leslie, de New Hampshire, foram publicados em Filadélfia, em 1795.

Nos meados do século XIX, uma grave revolta popular, dirigida contra os pretensos desígnios políticos da hierarquia americana, de subverter as instituições nacionais, manifestou-se na Ordem dos Americanos Unidos e o movimento “Know-nothing” fez-se acompanhar de atos de violência, praticados pela população em Filadélfia, Charleston e outras cidades. Cinquenta anos depois, o mesmo sentimento se corporizou na Ku-Klux-Klan, que buscava e conseguiu influência política em diversos Estados. A discussão literária tomou a forma de cartas trocadas entre indivíduos em desacordo, opúsculos e livros de maior tomo. A discussão que despertou maior atenção foi, talvez, a série de cartas trocadas entre Kirwan e o arcebispo Hughes, de Nova York, e entre o dr. Hopkins, bispo protestante episcopal, de Vermont, e o arcebispo Kenrick, de Baltimore. Kirwan, cujo nome real era Nicolau Murray, clérigo de Elizabeth, New Jersey, nasceu católico romano, na Irlanda, e tornou-se protestante depois de haver chegado aos Estados Unidos. Sua primeira série de cartas, denunciando abusos religiosos que se teriam praticado na Irlanda, acobertados pela hierarquia, apareceu no *New York Observer*, 1847. Uma segunda série provocou réplica por parte do dr. Hughes, consubstanciada em dez mensagens publicadas no *Freeman's Journal* e depois em seis cartas diretamente dirigidas a Kirwan. O dr. Hughes havia antes se empenhado em controvérsia com o dr. João Breckinridge, de Princeton. Kirwan ainda dirigiu outra série de cartas a Roger B. Taney, católico romano e magistrado dos Estados Unidos, descrevendo o que o escritor havia observado numa visita a Roma, em 1852. Diga-se o que disser da correção de Kirwan como jornalista; certo é, porém, que demonstrou ser mau profeta, quando predisse que o “papado era então uma árvore abatida, cujos ramos se separavam, e que em breve viria o tempo em que o historiador falaria da Igreja Romana como de alguma coisa que havia sido mas já não era”. Por outro lado, os Protestantes, somos demasiadamente ousados para esperar que o professor Grisar e recentes colaboradores de jornais católicos romanos, que predisseram que o Protestantismo na Europa e na América era uma causa perdida, igualmente se mostram indignos de crédito.

A controvérsia foi também entretida por Brownlee, *O Papado, Inimigo da Liberdade Civil e Religiosa*, 1836; Liman Beecher, *Queixa do Oeste*, 1835; Nevins, *Reflexões sobre o Papado*, 1836; Edward Beecher, *A Conspiração Papal Descoberta*, e outros escritores. *O Princípio do Protestantismo*, do dr. Philip Schaff, primeiro divulgado sob a forma de discurso inaugural, 1844, e tendo em vista defender os princípios dos Reformadores Protestantes, acarretou ao autor um processo por heresia. Nenhuma explanação, do ponto de vista protestante, tem-se colocado em plano mais elevado do que o ensaio do dr. Channing.

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Os principais querelantes que defenderam o Romanismo foram o arcebispo Spalding e o cardeal Gibbons. O dr. Martin J. Spalding, 1810-1872, bispo de Louisville e depois arcebispo de Baltimore, fez, em sua *História da Reforma Protestante*, a mais cuidadosa exposição do ponto de vista Católico Romano, jamais produzida em solo americano. As quatro proposições que o autor se empenhou em provar, foram: 1) Que Lutero e os outros Reformadores não eram homens que Deus pudesse ter escolhido para reformar a Igreja; 2) Suas razões não eram tais que Deus as pudesse sancionar; 3) Nenhuma reforma na religião e na moral foi efetuada pela Reforma; 4) Sua influência tem sido pernicioso à sociedade, ao governo liberal e à civilização. Em seu começo e em seu desdobramento, a Reforma foi a operação de três grandes concupiscências; a cobiça dos olhos, a cobiça da carne e a vaidade da vida. Lutero, humilde monge antes de 1517, caiu como Lúcifer e deu expansão às paixões mais baixas. Quanto aos outros Reformadores – afirma-o o bispo – “não eram, com inquestionável evidência, em coisa alguma melhores do que Lutero”. Entre as muitas suspeitas infundadas do volume, figura a de que Ana Boleyn era filha de Henrique VIII – Vol. 2:484 e segs.

A obra popular do cardeal Gibbons, morto em 1921, *A Crença de nossos Pais*, que apareceu pela primeira vez em 1876, tem circulado em número não inferior a 2.000.000 de exemplares. Seu objetivo, conforme o autor anuncia, é tornar conhecida “aos Protestantes a verdade do Catolicismo”. Desarmado por seu estilo suave, seu espírito bondoso e pelas explicações satisfatórias de certas práticas romanas e certos eventos da História, o leitor protestante, se não estiver de sobreaviso, corre o risco de ser levado à convicção de que o conceito Protestante do sistema Romano tem sido total e dolorosamente deturpado. Não que o cardeal Gibbons discorde de qualquer dos dogmas romanos. Ele não o faz. Advoga a infalibilidade papal, pela qual votou em Roma, e ainda o poder temporal do papa; mas tão hábil se mostra na apresentação desse assunto, que aqueles e outros dogmas não parecem ser o que são, segundo os definiram os decretos Tridentinos e Vaticanos. Tratando, por exemplo, da Bíblia, o cardeal salienta que a Igreja, durante a Idade Média, foi guardiã do livro; e ele tanto se interessa por esse fato – que ninguém, aliás, põe em dúvida – que faz o leitor desprevenido pensar que a Igreja Romana foi então, e sempre tem sido, favorável à colocação da Bíblia nas mãos de toda gente. Quando se discute o sacramento do matrimônio, a questão do divórcio é tratada de maneira a parecer que o Protestantismo é responsável por esse mal e que os países católicos romanos são muito superiores às terras protestantes, em castidade e fidelidade conjugal. Tratando dos direitos individuais, o autor realça a parte que os barões católicos tiveram na elaboração da *Magna Carta* e o apoio dado a ela pelo arcebispo Langton; mas passa por cima do fato de que Inocêncio III lançou pelo menos três bulas anulando a Carta, no todo ou em parte, assim como sobre o fato de ter-se o papa aliado a João contra os barões, suspendendo o arcebispo Langton. O cardeal faz a perigosa afirmativa de que “a Igreja “nunca, em decreto, advogou a tortura ou a morte por motivo de consciência”. Inocêncio IV certamente que autorizou a tortura e, se João Huss e milhares de outros não morreram por motivo de consciência, quem – pode-se perguntar – foi jamais impulsionado pela consciência?

Entre os conversos americanos que defenderam o Romanismo com sua pena ou pela tribuna, o mais notável foi Levi S. Ives, outrora bispo protestante Episcopal de Carolina do norte, com seu livro: *Estágios da Mente em sua Marcha para o Catolicismo*; também merecem referência, Orestes A. Brownson e o padre Isaac T Hecker, da ordem dos Paulinianos. Entre os conversos que militaram do lado Protestante da controvérsia, figuram o padre Chiniquy – 1809-1899 – natural de Quebec, com sua *Autobiografia* e outros

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

escritos, e o barnabita A. Gavazzi, italiano – 1809-1889 – que pronunciou conferências nos Estados Unidos.

Como fonte de informações e de argumento, no que se refere ao lado Romano da controvérsia, o tratado do cardeal Belarmino permanece inigualado. Pela mesma forma, as exposições protestantes do século XVI, oriundas das penas de Lutero, Calvino, Jewel e outros Reformadores, são insubstituíveis, quer em conhecimento bíblico, quer em vigor de expressão e em evidências deduzidas da História. Depois dos dias dos Reformadores e do cardeal, com os novos dogmas da Imaculada Conceição e da Infallibilidade Papal, e com os mais recentes ataques do papa à liberdade do moderno estudo da Bíblia, novas barreiras se têm levantado entre as duas comunidades. Na discussão dessas e de outras discordâncias, seria possível a um escritor protestante, sem subestimar sua importância, verberar o estado da mente de Andréas Musculus, patenteado em sua obra, em 1557, quando alinha nada menos de vinte e sete pontos de contato entre os sistemas papal e maometano, ou Conyers Middleton, que dois séculos mais tarde, 1729, tentava provar a “exata concordância entre o Papismo e o Paganismo”, e que “a religião dos romanos atuais procede inteiramente da de seus ancestrais pagãos”?

Bibliografia e Notas

- 1- As opiniões divergem entre católicos, sobre a autoridade do Syllabus de 1864. Newman rejeitou alguns de seus artigos, estribado no fato de que eles não tinham sido assinados por Pio IX. Carta ao duque de Norfolk, p. 108. Hergenrother, Manning, *Petri priv.* 6:38; Lehmann 2:780 e Straub 2:398-402, e Leitner, p. 115, declararam-na infalível. Lord Acton, *Cor.* p. 148, disse ser difícil de provar que o documento constituísse uma declaração *ex-cathedra*, mas ser impossível provar o contrário. O dr. Briggs referiu que Pio X lhe afirmara que o Syllabus não era infalível, e, para o demonstrar, aduziu a opinião de que a própria encíclica de Pio sobre o Modernismo não devia ser encarada como pronunciamento infalível. Quanto à dificuldade de se decidir o que seja uma decisão *ex-cathedra*, vide Dollinger, *Papstthum*, p. 227 e ss.
- 2- Dollinger-Reusch, *Selbstbiog. D. Card. Bellarmin*, p. 94, diz que “o livro de Belarmino nunca foi publicado em Roma” – afirmativa aparentemente desmentida por uma edição de 1840-30, datada de Roma. O processo de Beatificação de Belarmino, iniciado em 1629, foi repetidamente interrompido, até que em 1866 foi finalmente decidida. As objeções levantadas se referiam à suposta ambição do cardeal, nepotismo e prevaricação.